

Comissões de protecção de crianças com mais 800 casos de violência doméstica

Ana Dias Cordeiro

Em 2020, desceu número de crianças acompanhadas. Não é possível saber se ficaram crianças fora do sistema de protecção

Com as escolas fechadas, o aumento do desemprego e as famílias em casa, o sistema de protecção das crianças e jovens mostrou um abrandamento em quase tudo no ano passado. Houve menos crianças acompanhadas pelas comissões de protecção de crianças e jovens. A desafiar esse ritmo descendente, a violência entre os pais surgiu em alta não apenas nos processos abertos como nas crianças a ela expostas em 2020, quando comparada a situação com 2019.

Em números absolutos, as comissões de protecção lidaram com mais 816 processos por violência doméstica, e isso corresponde a um aumento em 7,7% relativamente a 2019.

Se em 2019 houve 3061 processos, em 2020 esse número ganhou expressão passando para os 3877 no primeiro ano da pandemia, de acordo com o Relatório Anual de Actividades das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) de 2020, que é divul-

gado publicamente hoje, quando se realiza *online* o encontro anual das 310 comissões locais.

Significa que mais 816 crianças estiveram expostas a essa categoria de perigo do que em 2019. E dessas, quase metade (384 crianças) são bebés e crianças até aos cinco anos. Estão incluídas nesta categoria de perigo por estarem expostas à violência entre os pais, e em 2,5% das situações são vítimas directas da violência.

Essa era uma tendência visível nos últimos anos. No total dos processos, a proporção dos casos de violência doméstica passou de 12,8% em 2018 para 31,9% em 2020. Ou seja, em apenas três anos, a sua proporção mais do que duplicou no universo global de problemáticas de perigo que chegam às comissões.

“Em 2020, o *burn-out* parental aumentou mesmo nas famílias que não estavam sinalizadas, bem como os conflitos e a violência”, diz Rosário Farmhouse que preside à comissão Nacional Promoção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens (CNPDPJC), desde 2019 e apresentou o relatório ontem num encontro com jornalistas. Também em 2020, o número de processos por violência doméstica abertos pela primeira vez passou de 1602 (em 2019) para 1846.

“Foi sem dúvida aquela categoria de perigo que teve um maior aumento a que não terão sido alheios o confinamento prolongado para todos, com impactos na conflitualidade”, acrescentou, antes de dizer que “o impacto da pandemia vai perdurar” muito para além do ano em análise deste relatório, “através do desemprego dos pais ou dos cuidadores, do impacto que o isolamento teve na capacidade de os jovens se relacionarem entre eles e com os outros, dos seus consumos virtuais” e, globalmente, “da saúde mental”.

No resto, houve menos crianças acompanhadas pelas comissões de

protecção de crianças e jovens (CPCJ), menos processos abertos para avaliar e conter situações de perigo, menos casos de negligência (cerca de menos 600 crianças) e de comportamentos de risco na infância e na juventude do que em 2019 (menos 636 crianças e jovens); houve menos medidas excepcionais como as retiradas de urgência, quando a vida ou a integridade física de uma criança está em perigo iminente – passaram de 205 para 183 – e, a montante, menos comunicações de situações que podem depois vir a ser ou não confirmadas (menos 2459 do que em 2019). As situações de maus tratos psicológicos cresceram, mas muito ligeiramente, de 284 (em 2019) para 288 crianças em 2020.

Embora tenha descido em número de casos confirmados e acompanhados, a negligência continua a ser a problemática dominante (com 4769 situações no ano da pandemia), seguida de perto pela violência doméstica. Em terceiro lugar, surgem os comportamentos de perigo – os dos próprios jovens mas também dos pais quando expõem os filhos a situações que prejudicam o seu bem-estar ou desenvolvimento (como o alcoolismo).

No universo global, e em síntese, menos 2433 crianças foram acompanhadas pelas comissões de protecção:

“O burn-out parental aumentou mesmo nas famílias que não estavam sinalizadas”

Rosário Farmhouse
Presidente da CNPDPJC

em 2019 tinham sido 68.962 crianças e em 2020 foram 66.529.

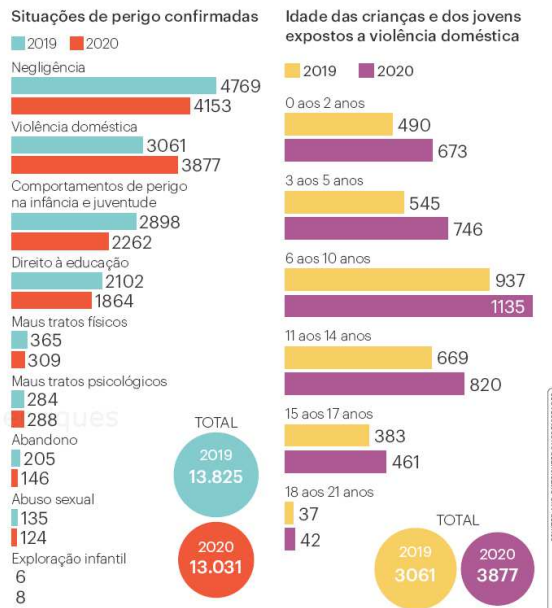
Este abrandamento geral encontra eco nas palavras de Rosário Farmhouse. “Abril foi um mês assustador” porque as CPCJ deixaram subitamente de receber sinalizações. Não por não existirem situações de perigo, certamente, mas porque tudo de repente parou, disse na apresentação do documento. “O facto de termos menos crianças acompanhadas não significa necessariamente que tenham ficado crianças fora do sistema de protecção”, argumentou Maria João Fernandes, vice-presidente da CNPDPJC.

“Houve menos participação das entidades protectoras mas a sociedade em geral esteve mais atenta”, justificou o presidente. As entidades protectoras são as escolas, os centros de saúde, os centros de actividades de tempos livres e outros espaços geridos pela comunidade que podem comunicar eventuais sinais de perigo.

“Pode ter havido menos visibilidade, mas houve também uma maior consciência da comunidade”, diz ainda Rosário Farmhouse embora admitindo que “não é possível saber” se houve ou não crianças que ficaram fora do sistema de protecção quando deviam ter estado incluídas.



Houve 3877 processos no primeiro ano da pandemia, segundo o Relatório Anual de Actividades das CPCJ



Fonte: Relatório de 2020 da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens